

## CONJUNTURA

Em apoio à Operação Fluxo Oculto, associações ligadas a trabalhadores do mercado de combustíveis denunciam fragilidades no refino e distribuição

# Entidades defendem reforço da fiscalização

» VANILSON OLIVEIRA

Entidades que representam trabalhadores e distribuidoras do setor de combustíveis defendem o fortalecimento da fiscalização, do controle e da rastreabilidade da cadeia de combustíveis após a deflagração da “Operação Fluxo Oculto”, realizada pelo Ministério Público de São Paulo (MPSP) e pela Receita Federal (RF) para investigar um esquema de lavagem de dinheiro, adulteração de combustíveis e sonegação fiscal, supostamente ligado ao Primeiro Comando da Capital (PCC).

A operação, realizada em São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro, investiga a atuação de seis fintechs suspeitas de funcionar como estruturas paralelas de compensação financeira entre distribuidoras, postos de combustíveis e fundos de investimento ligados à facção criminosa. As investigações também apuram o desvio de nafta petroquímica para adulteração de combustíveis e abastecimento de empresas de fachada.

Diante do avanço das investigações, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) afirmou ao **Correio** que o processo de privatização de refinarias e o aumento das importações contribuíram para um ambiente de menor controle sobre o setor. De acordo com coordenadora-geral da federação, Cibele Vieira, cabe à Petrobras fiscalizar e garantir a qualidade dos combustíveis.

Para a entidade, a redução da

MPCO/Divulgação



Gaeco investiga lavagem de dinheiro, adulteração de combustíveis e sonegação fiscal

participação da Petrobras no refino e na distribuição abriu espaço para maior vulnerabilidade da cadeia de combustíveis, especialmente em áreas ligadas ao monitoramento da qualidade e à fiscalização das operações. “A FUP alertou que as privatizações das refinarias e o incentivo ao aumento das importações favoreceriam, na prática, uma desregulamentação do setor. A Petrobrás, além de produtora, também exerce um papel fundamental de fiscalização e garantia da qualidade dos combustíveis. Quando seu papel é enfraquecido no setor como um todo, enfraquecem-se também o controle de qualidade e a fiscalização”, afirmou.

Já o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom) afirmou, por nota, que é preciso

reforçar todas as frentes às práticas ilegais no setor. “Sobre a Operação Fluxo Oculto, o Sindicom apoia a atuação das autoridades e reforça a importância do combate permanente às ilegalidades no setor de combustíveis. Práticas como sonegação fiscal, adulteração e fraudes prejudicam a concorrência, afetam a arrecadação pública e comprometem as empresas que atuam de forma regular no mercado”.

O sindicato ressaltou ainda a necessidade de rastreamento de toda a cadeia produtiva do setor. “A entidade tem defendido o fortalecimento das ações de fiscalização e inteligência, o aprimoramento dos mecanismos de rastreabilidade e controle da cadeia de combustíveis, além do avanço de medidas que promovam maior transparência,

integridade e segurança jurídica para o setor”, diz o documento.

Por fim, o Sindicom finaliza dizendo que o fortalecimento das ferramentas de fiscalização gera transparência e protege não apenas o setor, mas o consumidor. Segundo o Ministério Público de São Paulo, a Operação Fluxo Oculto cumpriu 55 mandados de busca e apreensão com apoio dos Gaecos e dos Ministérios Públicos estaduais.

As investigações apontam que o grupo criminoso teria utilizado empresas de fachada e operações financeiras complexas para ocultar recursos ilícitos e ampliar a atuação no mercado de combustíveis, setor considerado estratégico devido ao alto volume financeiro movimentado e à complexidade tributária.

## Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

## Ilusionismo eleitoral

Com mais da metade das famílias perto da insolvência, empresas no limite do que é razoável suportar de juros, impostos e burocracia, o país impensado pelo neoimperialismo dos Estados Unidos e da China, o racional num ano de eleições gerais seria uma disputa por ideias e projetos que impulsionem a abundância material e viabilizem a ascensão social ansiada pela imensa maioria pobre da população. Mas não.

Para fazer frente ao que são ameaças, algumas existenciais, como os sonhos da classe média ascendente sempre frustrados, outras de poder global, sob pena de virarmos apêndice da geopolítica dos EUA na América Latina ou mercado cativo de manufaturas chinesas, só há o caminho da expansão da oferta via investimentos maciços naquilo que demanda uma sociedade de consumo de massa e requer um país com expressão não realizada de potência econômica e política regional.

Países que investem grande parcela do PIB por décadas a fio, sem vetos de ordem política independentemente da orientação ideológica do grupo dominante, transformam crescimento em produtividade, não tem atrasos tecnológicos que enfraqueçam a sua projeção global; o déficit orçamentário se deve aos gastos de capital, não ao custeio de estruturas públicas inchadas; e políticas sociais suplementam o emprego em vez de substituí-lo pela falta de dinamismo econômico.

Padecemos de todas essas dinâmicas invejadas hoje pelas outrora economias industrializadas do Ocidente, que uma a uma voltaram a adotá-las. E vamos a outra corrida eleitoral sem que os candidatos a discutam nem ao menos na retórica. É o que levou à “ressaca da ascensão social”, segundo um brilhante estudo da gestora Kinea.

### O crime da desorganização

Fosse diferente e o governo e o Congresso não estariam unidos na expansão de programas que aquecem o consumo sem correspondência de oferta e de produtividade, além de complicar a já difícil situação de nossas empresas privadas e estatais. Entende-se por que o crime enquadrado pelo governo Trump como “organização terrorista” leve o nome de “organizado”. Ele floresce onde impera a desorganização.

A mudança contra tal cenário tem de ser contundente. Começa com a escolha de novas prioridades e metas de desempenho nacional.

Pomos uma meta de crescimento do PIB avançada pela elevação da taxa de investimentos para 22% a 25% do PIB como maior prioridade, visando US\$ 3,5 trilhões de produto nacional até 2030 — cerca de 60% maior que o atual. E como o crescimento econômico movido pela expansão produtiva é cumulativo, até exponencial se o investimento for bem dirigido, a produtividade e a renda vêm junto, resolvendo a também demandada tranquilidade fiscal e com maior coesão social.

O oposto é o menu servido pela política em ano eleitoral: mais crédito consignado para capturar renda futura, mais bondade fiscal sem lastro produtivo, mais transferências calibradas para a urna, mais indulgência com o gasto e menos investimento transformador.

### Sem coelho na cartola

Chamam a isso de “proteção social”, “inclusão”, “estímulo”. Mas, quando a produtividade e a capacidade de oferta da base material do país encolhem, tais spin-offs de populismo viram adiantamento de um dinheiro que a sociedade ainda não produziu.

Não por acaso, três de cada quatro lares se dizem descontentes com a própria situação financeira e mais da metade está no limite da insolvência, segundo pesquisa da NielsenIQ. O consumidor mantém o desejo de consumo e patrimônio, mas perdeu o chão estrutural que o sustentava. A casa própria se afasta, o aluguel dispara, a renda disponível some nos descontos em folha, no cartão, no rotativo, na prestação do carro, na mensalidade do streaming, no supermercado.

O país de mercado de consumo de massa virou uma massa endividada.

A perversidade maior está em que esse aperto não é episódico, mas sistêmico. Numa economia de baixa produtividade, o crédito deixa de antecipar renda futura robusta e vira complemento de salário.

É o que indica a expansão do consignado: reduz o risco do banco e corrói a renda líquida do trabalhador já pressionada por gastos obrigatórios além dos medidos pelo IPCA. Festejar esse truque como prosperidade significa trocar o futuro por um alívio passageiro.

É aí que o ilusionismo eleitoral revela seu truque mais velho. Em vez de enfrentar o desarranjo estrutural (o investimento medíocre, a infraestrutura cara e insuficiente, custo de capital proibitivo, burocracia e suas taxas, surtos de lobbies), tenta-se comprar o eleitor com créditos e subsídios que só redistribuem a escassez.

### A hora do “Brasil Potência”

A prestidigitação é também macroeconômica. Celebra-se o PIB sem olhar a anemia do investimento, tolera-se um mercado de ações cuja capitalização das empresas cotadas representa menos de 1% do total no mundo, convive-se com a perda relativa de densidade produtiva e ainda se insiste que expedientes redistributivos possam substituir um projeto nacional de expansão da oferta. Não podem.

Sem investimento alto por décadas a fio, seguiremos sendo um país em que o consumo aparece antes da riqueza e a frustração, causa do radicalismo de parte do eleitorado, chega antes da maturidade.

A verdade, embora poucos se apliquem a explicá-la, é simples: não há ascensão social sustentável sem crescimento puxado por mudança estrutural, investimento e produtividade. Todo o resto é teatro.

Uma linha de ação nesse sentido certamente interessa mais a Trump que atender “políticos que fazem arminha com a mão” incluindo PCC e CV como organizações terroristas, esses cânceros que corroem os fundamentos sociais e institucionais do país. Um Brasil potência que somente a economia forte e dinâmica pode viabilizar impactará mais a estima nacional, e refreará os PCCs, do que falar de soberania e bater boca com farsantes. Merecemos mais que truques baratos.

# ADEMI DF

Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal

Informativo do mercado imobiliário



Brasília-DF, 31/05/2026

## Mercado imobiliário reforça atuação em defesa da segurança jurídica para empresários

O fortalecimento da segurança jurídica tem sido uma das principais frentes de atuação da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (ADEMI DF). É fundamental que o empresário esteja seguro nas etapas do pós-entrega do empreendimento, no cumprimento de normas técnicas e na mitigação de riscos tributários, para que possa garantir previsibilidade, redução de judicialização indevida e sustentabilidade ao setor.

O setor organizado do mercado imobiliário no Distrito Federal, representado pela ADEMI DF, tem trabalhado em parceria com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) para o alinhamento de ações diante das novas legislações e reformas. O objetivo é nivelar entendimentos, na esfera técnica e jurídica, para auxiliar as empresas no

desenvolvimento de seus negócios e, consequentemente, fortalecer o setor.

Na última semana, mais de 30 representantes dos departamentos jurídicos das empresas associadas à ADEMI DF estiveram reunidos na segunda edição do Fórum de Advogados em 2026, iniciativa da entidade que tem como objetivo fomentar o diálogo e debater a agenda jurídica do mercado imobiliário local.

A partir dessa proximidade e esforço coletivo, o setor tem atuado para coibir práticas abusivas e estimular soluções técnicas e extrajudiciais, antes da judicialização. Esse diálogo, além de promover o compartilhamento de boas práticas, é fundamental para o fortalecimento do segmento, que ainda encontra na insegurança jurídica um grande gargalo.

## IRPF

# Receita recebe 44,5 milhões de declarações

» RAPHAEL PATI

O prazo para a entrega da declaração anual do Imposto de Renda para a Pessoa Física (IRPF) se encerrou na última sexta-feira. Ao todo, a Receita Federal contabilizou 44.498.717 comprovantes recebidos, de acordo com o ministro da Fazenda, Dario Durigan, que divulgou o balanço final dos números de 2026 em sua conta na rede social X.

O ministro destacou o avanço das declarações pré-preenchidas. A Receita esperava que essa modalidade atingisse 60% de todas as enviadas em 2026, o que não ocorreu por pouco, já que, segundo o próprio chefe da pasta, esse percentual ficou em 59,8%. Apesar disso, ele afirmou que o modelo já está consolidado entre os contribuintes.

“A pré-preenchida é a expressão concreta de um Estado que simplifica e reduz burocracia. A Receita organiza as informações de que já dispõe e as coloca a serviço do contribuinte, tornando o cumprimento da obrigação mais simples, ágil e seguro”, escreveu Durigan.

Sobre o perfil das declarações deste ano, 56,1% terão imposto a restituir, 23,0% possuem valores a pagar, enquanto 21,0% ficam isentas de imposto, segundo o ministro.

Durigan também mencionou o lote recorde pago nesta sexta-feira a 8,7 milhões de declarantes. Em um único dia, foram restituídos R\$ 16 bilhões para essa parcela, o que representa, em termos nominais, o maior da história. O próximo lote também deve ser destinado a cerca de 9 milhões de contribuintes, no dia 30 de junho.

SCIA Quadra 11, Conjunto 2, Lote B – Guarã – Brasília/DF – Fone: (61) 3328-7597

E-mail: ademidf@ademidf.com.br

Acompanhe: www.ademidf.com.br | @ademidf